

SUMÁRIO

<i>Prefácio da 1ª edição</i> – ADILSON ABREU DALLARI	7
<i>Nota da Autora</i>	15
<i>Introdução</i>	17
1. A Função Administrativa e sua Forma de Subsunção à Lei – A Noção de “Ato Administrativo”	
1.1 A função administrativa e sua forma de subsunção à lei	19
1.2 A noção de “ato administrativo”	28
2. Os Planos da Perfeição, Validade e Eficácia – Distinção entre “Ato” e “Fato Jurídico”	
2.1 O conceito de “perfeição”	33
2.2 Os planos de perfeição e validade e o entendimento dominante na doutrina pátria	34
2.2.1 Distinção entre os conceitos de “perfeição” e “validade” e o posicionamento de Zanobini e Celso Antônio	35
2.3 Validade e eficácia das normas jurídicas e a teoria de Hans Kelsen	41
2.4 O ato eficaz e seus efeitos	47
2.5 Distinção entre “ato” e “fato jurídico”	40
3. Invalidação e Convalidação	
3.1 A invalidação	53
3.1.1 Sujeitos ativos da invalidação	54

3.2 <i>Poder ou dever de invalidar?</i>	55
3.2.1 Noção de “discricionariedade”	57
3.2.2 Incompatibilidade entre a noção de “discricionariedade” e o dever de invalidar	64
3.3 <i>O dever de invalidar, o dever de convalidar e o princípio da legalidade</i>	64
3.4 <i>Os atos ampliativos e restritivos de direitos e a teoria das invalidades</i>	70
3.5 <i>Limites à convalidação e à invalidação</i>	72
3.5.1 Limites à convalidação	72
3.5.2 Limites à invalidação dos atos ampliativos de direitos ..	73
3.6 <i>A Lei 9.784/1999 e a teoria das invalidades</i>	77
3.7 <i>Motivo e objeto da invalidação</i>	80
3.8 <i>Efeitos do ato invalidador</i>	81
3.9 <i>Invalidação e revogação</i>	82
4. <i>Atos Convalidáveis e Atos Inconvalidáveis</i>	85
4.1 <i>Atos convalidáveis</i>	85
4.1.1 Vícios de competência	86
4.1.2 Vícios de formalidade	87
4.1.3 Vícios de procedimento	88
4.2 <i>Atos inconvalidáveis</i>	92
4.2.1 Vícios de motivo	92
4.2.2 Vícios de conteúdo	93
4.2.3 Vícios de procedimento	95
4.2.4 Vícios de causa	96
4.2.5 Vícios de finalidade	96
4.3 <i>Decadência e prescrição</i>	97
5. <i>Classificação da Invalidade segundo a Doutrina Brasileira</i> ..	99
6. <i>A Invalidação frente ao Direito Positivo Brasileiro</i>	107

6.1 Os atos absolutamente sanáveis	111
6.2 Os atos relativamente sanáveis	112
6.3 Os atos relativamente insanáveis	114
6.4 Os atos absolutamente insanáveis	117
6.5 O devido processo legal e a invalidação dos atos ampliativos de direito	119
7. Conclusões	123
Bibliografia	131